

O SDPA

exige

A revisão da carreira docente regional

na sequência da revisão da estrutura remuneratória nacional e da paridade com a carreira técnica superior

Um horário lectivo que respeite o ECDRAA

no pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico

SDPA EXIGE

REVISÃO DA CARREIRA DOCENTE NOS AÇORES

Na decorrência da revisão da carreira docente ao nível do Ministério da Educação, que redundou na publicação do Decreto-Lei n.º 270/2009, o SDPA solicitou à SREF, no passado dia 30 de Setembro, a abertura de um processo negocial para revisão da carreira docente nos Açores, por forma a que os docentes desta Região Autónoma não fiquem prejudicados por comparação com os colegas do restante território nacional.

O Decreto-Lei n.º 270/2009, publicado em 30 de Setembro, entre outras matérias do domínio da idiossincrasia própria da carreira docente regulada pelo Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, abrevia os módulos de tempo de permanência obrigatória nos primeiros escalões da carreira, reduzindo o tempo total de duração da carreira docente, e cria, ainda, um mecanismo destinado aos docentes colocados no topo da carreira, de modo a manter a paridade com a carreira técnica superior da Administração Pública.

Assim, e uma vez que a estrutura da

carreira docente nos Açores se encontra balizada pela estrutura desenvolvida ao nível do Ministério da Educação, importa que o Estatuto da Carreira Docente na RAA (ECDRAA) seja revisto, por forma a que o princípio da paridade de carreiras não seja posto em causa.

Foi este, aliás, o compromisso afirmado pela Secretaria Regional da Educação e Formação, no processo de revisão do ECDRAA mantido com o SDPA, sendo que, nessa altura, já se esboçava a alteração da carreira docente a nível do Ministério da Educação, atendendo a que decorriam negociações entre este Ministério e a Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE), à qual o SDPA pertence e onde tem voz activa.

Tendo sido acordado, aquando da estatuição da carreira docente na RAA, o princípio da carreira única nos Açores, sem qualquer mecanismo que dificulte o acesso aos escalões do topo da carreira, nomeadamente com a inexistência de quotas ou constrangimentos administrativos, defende o SDPA que deve ser salvaguardada a todos os educadores e

professores dos Açores a possibilidade de estes desenvolverem uma carreira que lhes permita e equiparação com o topo da carreira técnica superior da Administração Pública, sem que isso implique aumento da duração da sua carreira, à semelhança com o que se afigura para os colegas do continente português.

Ora, no diploma do Ministério da Educação que foi agora publicado, prevê-se que os docentes possam aceder, no topo da sua carreira (aos 34 anos de serviço), a um escalão que é remunerado pelo índice 370, o qual corresponde, em 2009, à remuneração mensal de 3364,63€.

A par deste aumento do vencimento no topo, está, igualmente, estabelecida a reorganização da duração dos escalões intermédios, permitindo uma mais rápida progressão, pelo que a não alteração da carreira nos Açores prejudicará, por comparação, não somente os docentes no topo da carreira, mas também todos os restantes, como lhe demonstra seguidamente o SDPA.

Tempo de serviço	Região Autónoma dos Açores			Ministério da Educação			Os professores dos Açores perdem por mês
	Escalão	Índice	Remuneração	Escalão	Índice	Remuneração	
0	-----	151	1.373,13	1	167	1.518,63	145,50
1	-----	151	1.373,13	1	167	1.518,63	145,50
2	-----	151	1.373,13	1	167	1.518,63	145,50
3	1	167	1.518,63	1	167	1.518,63	0,00
4	1	167	1.518,63	2	188	1.709,60	190,97
5	1	167	1.518,63	2	188	1.709,60	190,97
6	1	167	1.518,63	2	188	1.709,60	190,97
7	1	167	1.518,63	2	188	1.709,60	190,97
8	2	188	1.709,60	3	205	1.864,19	154,59
9	2	188	1.709,60	3	205	1.864,19	154,59
10	2	188	1.709,60	3	205	1.864,19	154,59
11	2	188	1.709,60	3	205	1.864,19	154,59
12	3	205	1.864,19	4	218	1.982,40	118,21
13	3	205	1.864,19	4	218	1.982,40	118,21
14	3	205	1.864,19	4	218	1.982,40	118,21
15	3	205	1.864,19	4	218	1.982,40	118,21
16	4	218	1.982,40	5	245	2.227,93	245,53
17	4	218	1.982,40	5	245	2.227,93	245,53
18	4	218	1.982,40	5	245	2.227,93	245,53
19	5	235	2.137,00	5	245	2.227,93	90,93
20	5	235	2.137,00	5	245	2.227,93	90,93
21	5	235	2.137,00	5	245	2.227,93	90,93
22	5	235	2.137,00	6	299	2.718,99	581,99
23	6	245	2.227,93	6	299	2.718,99	491,06
24	6	245	2.227,93	6	299	2.718,99	491,06
25	6	245	2.227,93	6	299	2.718,99	491,06
26	6	245	2.227,93	6	299	2.718,99	491,06
27	6	245	2.227,93	6	299	2.718,99	491,06
28	6	245	2.227,93	7	340	3.091,82	863,89
29	7	299	2.718,99	7	340	3.091,82	372,83
30	7	299	2.718,99	7	340	3.091,82	372,83
31	7	299	2.718,99	7	340	3.091,82	372,83
32	7	299	2.718,99	7	340	3.091,82	372,83
33	7	299	2.718,99	7	340	3.091,82	372,83
34	7	299	2.718,99	8	370	3.364,63	645,64
35	8	340	3.091,82	8	370	3.364,63	272,81

Como se pode observar, a carreira do Ministério da Educação prevê que os docentes, no início da carreira, sejam imediatamente remunerados pelo índice 167, que façam uma progressão linear mais rápida e

que, no topo da carreira, percebam por um índice superior, verificando-se anualmente um diferencial significativo nas remunerações mensais, tal como ilustrado na tabela acima.

Impõe-se assim NEGOCIAR!

SDPA
SINDICATO DEMOCRÁTICO
PROFESSORES DOS AÇORES

HORÁRIOS DOS EDUCADORES DE INFÂNCIA E DOS PROFESSORES DO 1.º CEB

CUMPRIMENTO IMEDIATO DO ECDRAA

Face ao incumprimento do cômputo da componente lectiva disposto no Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores (ECDRAA), o SDPA exige a alteração dos horários semanais de trabalho dos Educadores de Infância e dos Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico, implementados a coberto da matriz curricular em vigor este ano escolar, para o ensino básico, na RAA.

Alegando um putativo regime de experimentação pedagógica, a Secretaria Regional da Educação e Formação fez aplicar no presente ano escolar uma matriz curricular que perverte, não só a componente de trabalho lectivo dos educadores de infância e dos professores do 1.º CEB definida no ECDRAA, como o princípio de monodocência estabelecido na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Da aplicação da nova matriz curricular, observam-se notórias discrepâncias entre os horários dos docentes destes níveis de ensino nas diferentes unidades orgânicas, sendo que, de uma forma global, são aplicados horários lectivos que excedem, numa hora e meia, o disposto no ECDRAA e que segmentarizam a leccionação, com claro prejuízo dos alunos e

o que corresponde a um horário lectivo que não exceda as 21 horas de trabalho semanal.

Já em Julho passado, aquando de uma reunião que o SDPA manteve com a Directora Regional da Educação e Formação para discussão da matriz curricular na RAA, este Sindicato apresentou

uma proposta que cumpria com o princípio da monodocência, ainda que coadjuvada nalgumas áreas, e que obedecia à componente lectiva máxima semanal definida no ECDRAA.

desrespeito pela autonomia do professor na planificação semanal do seu trabalho.

De facto, estabelece o ECDRAA que «a componente lectiva do pessoal docente da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico é de vinte e cinco horas semanais», sendo que «para efeitos do cômputo da componente lectiva (...), considera-se como hora lectiva o tempo de aula que não exceda cinquenta minutos»,

Uma vez que a SREF não quis implementar uma proposta de aplicação do horário semanal que obedecesse ao disposto na lei, não resta outra alternativa ao SDPA que não a de lutar para que os direitos laborais dos educadores de infância e dos professores do 1.º CEB sejam respeitados, e de intervir no plano jurídico sobre as situações dos docentes cujos horários excedam o previsto na lei.

SDPA
SINDICATO DEMOCRÁTICO
PROFESSORES DOS AÇORES

20
ANOS
1989-2009

www.sdpa.pt
a marcar a diferença.

R. Arcanjo Lar, 7, RC Poente
9500-162 PONTA DELGADA
T. 296302180 | EM: sede@sdpa.pt

R. Recreio dos Artistas, 14, RC Dto.
9700-160 ANGRA DO HEROÍSMO
T. 295215415 | EM: terceira@sdpa.pt

R. da Conceição, SN
9900-080 HORTA
T. 292391753 | EM: faial@sdpa.pt